

casas exportadoras e importadoras no porto de santos e a cadeia global do café (século xix e início do século xx)*

export and import houses in the port of santos and the global chain of coffee (19th and early 20th centuries)

Beatriz Duarte Lanna**

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação das casas exportadoras e importadoras no Porto de Santos entre o final do século XIX e início do século XX, buscando avaliar qual o papel dessas firmas no processo de integração do mercado de café mundial. Em meio à prosperidade da exportação dos grãos, diversas casas estrangeiras se interessaram pelo transporte da produção agrícola, além de terem atuado como agentes de companhias de seguros e armazenadoras de estoques. O artigo também analisa a atuação das casas importadoras e sua relação com a formação do capital industrial brasileiro. Ao longo do texto, buscamos citar exemplos empíricos retirados de fontes primárias.

Palavras-chave: Casas exportadoras. Casas importadoras. Santos. Café.

ABSTRACT

This article analyzes the role of importing and exporting houses in the Port of Santos between the late nineteenth and early twentieth centuries, seeking to evaluate the role of these firms in the process of integration of the world coffee market. Amid the prosperity of grain exports, a number of foreign households became interested in transporting agricultural production and acted as agents for insurance companies and stocking houses. We also analyze the performance of importing houses and their relationship with Brazilian industrial capital formation; throughout the text, empirical examples drawn from primary sources are cited.

Keywords: Exporting houses. Importing houses. Santos. Coffee.

* Submetido: 24 de setembro de 2018; aceito: 18 de junho de 2019.

** Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas. Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* bduartelanna@gmail.com

Introdução

Referindo-se ao período de gestação do auge cafeeiro no Brasil, Celso Furtado afirmou que “dificilmente um observador que estudasse a economia brasileira pela metade do século XIX chegaria a perceber a amplitude das transformações que nela se operariam no correr do meio século que se iniciava” (Furtado, 1959, p. 133). Durante os anos de consolidação do Estado nacional pós-Independência, a economia brasileira viveu momentos de estagnação e decadência; a preservação da unidade nacional parecia ser “o único resultado líquido desse longo período de dificuldades” (Furtado, 1959, p. 133)¹. De fato, o pós-Independência havia sido um momento de pouca pujança econômica para muitas das antigas colônias ibéricas; é entre a metade do século XIX e o início da Grande Depressão de 1929 que esses países se inserem de maneira vigorosa nas cadeias de trocas da economia global e passam a negociar suas respectivas posições como nações independentes².

A baixa do preço do açúcar, cuja concorrência na economia-mundo capitalista³ se tornava mais intensa devido à ampla produção cubana e antilhana, levou à estagnação das exportações e à queda dos termos de

¹ Como contraponto à visão furtadiana a respeito das escassas possibilidades de desenvolvimento via mercado interno, tem-se a ideia apresentada por João Fragoso e Manolo Florentino acerca da “formação colonial tardia”, período entre 1790 e 1840 marcado pela monopolização das atividades mais rentáveis do comércio atlântico por parte dos negociantes de grosso trato da colônia, dotados de ampla liquidez e de certa autonomia diante das flutuações do mercado internacional (Fragoso; Florentino, 2001, p. 20).

² O guano do Peru, o café do Brasil, a pele da Argentina e a prata do México são exemplos de mercadorias cuja exportação permitiu que os respectivos países conquistassem espaço nas cadeias de comércio global do século XIX (Topik; Marichal; Frank, 2006, p. 5).

³ A abordagem teórica da *economia-mundo*, cuja maior referência é o historiador norte-americano Immanuel Wallerstein, apresenta um modelo de síntese do funcionamento capitalista, definido como sistema internacional de longa duração. Para o autor é impossível compreender a dinâmica do modo de produção capitalista fora de unidades de análise amplas, que incluam o mapa das trocas comerciais entre países e regiões. A análise da acumulação de capital no âmbito de Estados-nação, portanto, seria insuficiente, já que a economia-mundo capitalista seria formada por distintas estruturas de produção, bastante integradas e especializadas, e seu funcionamento necessariamente acarretaria uma distribuição desigual do excedente por entre as partes do sistema (Wallerstein, 1974, p. 387-415).

intercâmbio brasileiros, afastando o país das linhas de expansão do comércio internacional. Considerando as escassas possibilidades de desenvolvimento via mercado interno, tem-se a ideia do grau de dependência do jovem Estado brasileiro para com as economias centrais. Esse arrefecimento comercial em muito diminuiu a capacidade para importar e a arrecadação estatal foi comprometida, somando-se à série de problemas o desequilíbrio fiscal⁴. Sob esse pano de fundo, era inexpressiva a entrada de capitais estrangeiros que estimulassem a economia doméstica, havendo pouco interesse por parte dos credores em adentrar em um ambiente estagnado e com dificuldade em arrecadar impostos (Furtado, 1959, p. 134).

Com a expansão da economia cafeeira, cujos percalços de gestação foram acima brevemente descritos, o Brasil teve sua oportunidade de reinserção nas cadeias do mercado mundial, e aos poucos se assistiu à consolidação de uma estrutura econômica suficientemente sólida para permitir a acumulação de capitais, a retomada da capacidade exportadora, o aumento das importações e a ampliação da base de arrecadação fiscal. Após o período de gestação e ascensão do café no Brasil, a economia nacional encontrava-se relativamente atraente para que o capital estrangeiro buscasse por aqui possibilidades de investimento. Este artigo busca apresentar alguns exemplos de casas exportadoras e importadoras, nacionais e estrangeiras, cuja atuação foi expressiva na economia paulista no final do século XIX e início do século XX, justamente em meio ao referido contexto de prosperidade do café.

A força do Porto de Santos nessa época relaciona-se de forma estreita à mudança do eixo da economia cafeeira, que, a partir da década de 1880, passa do Vale do Paraíba fluminense para o Oeste Paulista. O porto da cidade do Rio de Janeiro perde espaço para o Porto de Santos, desde 1892 comandado pela Companhia Docas de Santos, fundada pelos comerciantes fluminenses Eduardo Guinle e Cândido Gafrée (Saes, 1985, p. 128). Aos poucos se constrói um complexo cafeeiro cujos principais protagonistas, sobretudo no caso paulista, eram nacionais: os donos da terra e das empresas agrícolas; as ferrovias transportadoras dos grãos, incorporadas por capitais locais; o próprio Porto de Santos, operado pela

⁴ A respeito da importância da cobrança de impostos sobre importações, presente no Brasil desde os tempos do Império, ver Carvalho (2007, p. 269).

referida Companhia Docas de Santos; uma firma nacional; bem como uma série de bancos do estado de São Paulo, tais como o Banco de São Paulo e o Banco Comércio e Indústria.

A despeito de notarmos forte presença de capital doméstico nas referidas instituições, não encontramos um número expressivo de casas exportadoras nacionais; desde a década de 1880, é o capital estrangeiro o principal responsável pelo controle de grande parte do processo de exportação do café pelo Porto de Santos. Não à toa, as principais casas exportadoras em funcionamento no Brasil eram aquelas provenientes dos países dotados de maiores mercados consumidores para os grãos (Alemanha, França e Estados Unidos) (Silva, 2015b, p. 213–246). Ao deixarem seus países de origem e se instalarem no Brasil, essas firmas contavam com grandes facilidades de crédito e financiamento em seus mercados originais, o que facilitava a competição com as casas brasileiras (Melo, 2003, p. 373). Notamos que a posição das casas exportadoras estrangeiras se fortalecia conforme estas últimas construía grandes armazéns em seus respectivos mercados consumidores (Topik, 2003, p. 39).

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do comércio mundial no século XIX dependia fortemente de uma cadeia de intermediários para transferir a propriedade de bens do produtor para o consumidor (Bacha; Greenhill, 1992, p. 152), podemos concluir que as casas exportadoras e importadoras se constituía como o elo entre as fazendas e o mercado externo, isto é, entre o âmbito da produção doméstica e o da circulação, tendo desempenhado um papel decisivo no processo de integração do mercado de café mundial. O fato de o capital estrangeiro ter se interessado tanto em adentrar no circuito de exportação do café brasileiro demonstra quão importante era a cadeia produtiva e comercial dos grãos. A despeito de encontrarmos exemplos de grandes firmas nacionais atuando como casas exportadoras de café (talvez o exemplo mais notável seja a J. F. de Lacerda & Cia., uma empresa familiar pertencente aos Lacerda Francos), a maior parte dessas casas, como dito acima, era de fato estrangeira⁵. Uma amostra para 1905, por exemplo, expõe uma lista das principais casas responsáveis pela movimentação do café no Porto de Santos para maio daquele ano, em publicação do *Boletim da Associação Comercial* local; das 18 casas listadas, apenas 5 eram

⁵ A casa exportadora da família Lacerda Franco foi estudada por Silva (2015a, p. 541–571).

nacionais; o primeiro lugar no número de sacas exportadas, no entanto, fica com a brasileira Prado, Chaves & Comp., que, na primeira quinzena do mês, havia exportado 25.665 sacas; o segundo lugar, ocupado pela Nauman, Gepp & Comp., exportara um total de 7.759 (Brasil, *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1905, p. 1).

1. Casas exportadoras, crédito e comissários

O tema do crédito é de especial interesse quando nos propomos a analisar as casas exportadoras e importadoras de café para o período em questão; as mudanças no padrão de comercialização dessas firmas relacionam-se aos parâmetros e condições sob as quais o crédito era concedido no país. As práticas de acesso ao financiamento nessa época não eram homogêneas e formavam uma complexa cadeia, cujos protagonistas iam desde bancos locais e internacionais até comerciantes atacadistas e varejistas, passando por negociantes, capitalistas, proprietários urbanos e até mesmo donos das máquinas de beneficiamento dos grãos (Fontanari, 2015, p. 14). O processo de integração dos produtores regionais ao mercado global do café e a consequente conexão entre as esferas da produção e da circulação só poderia ocorrer via estabelecimento de sistemas coerentes de financiamento; mesmo que multifacetados e não homogêneos, esses sistemas deveriam ser suficientemente abrangentes e capazes de permitir o acesso dos grãos produzidos em nível local à ampla escala do comércio internacional.

Sabemos que o tema do crédito e do financiamento da produção cafeeira já foi bastante tratado pela historiografia econômica; trabalhos de referência expuseram a estreita relação entre o excedente produzido pelas fazendas de café e o processo de complexificação vivido pela economia paulista, sobretudo a partir da década de 1880⁶. Segundo essa perspectiva, foi o *vazamento* de capital do núcleo agrícola da economia cafeeira que proporcionou o incremento das indústrias embrionárias do sistema bancário paulista, criando condições para a ampla diversificação produtiva que a província conheceria a partir de então⁷. Esses trabalhos contribuíram

⁶ Cano (1990), Cardoso de Mello (2009), Silva (1976).

⁷ Cardoso de Mello (2009).

para o entendimento da estrutura cafeeira que dominava a economia da época, além de terem mostrado o quanto o café, ao contrário de outros gêneros de exportação, permitiu uma profunda expansão e complexificação econômica.

Pesquisas mais recentes passaram a explorar o tema do financiamento sob um ponto de vista mais empírico, preocupando-se sobretudo com as possibilidades de empréstimo via crédito hipotecário. A maior parte desses trabalhos concentrou-se na análise de registros de imóveis presentes nos livros cartoriais de cidades específicas, cuja documentação contém listagens com inventários, dívidas hipotecárias, penhores agrícolas, contratos de trabalho e escrituras de compra e venda⁸.

Constatou-se que a concessão de crédito era uma atividade multidimensional, cujas possibilidades envolviam maior amplitude do que aquela oferecida pelos circuitos institucionais de financiamento. A cadeia de crédito dos produtores, preocupados em vender sua produção às casas exportadoras, era ampla e incluía distintos agentes econômicos, cujas participações no financiamento à lavoura se faziam por vezes de forma difusa. Dentre as múltiplas possibilidades de captação de crédito para além dos circuitos institucionais e bancários, e atendo-se às distintas posições ocupadas pelos agentes econômicos demandantes de financiamento, estavam, por exemplo, os empréstimos de fazendeiros a subordinados, estabelecidos sobretudo via *cadernetas de vendas* de produtos; o crédito concedido por comerciantes, responsáveis pela vazão de produtos no circuito mercantil cidade-campo; o recurso a fazendeiros e financistas locais, cujas condições se aproximavam das práticas de “agiotagem”; ou o denominado “crédito de vizinhança”, bastante baseado na amplitude dos laços pessoais circunscritos à propriedade cafeeira (Tosi; Faleiros; Fontanari, 2011, p. 403-405).

Dentre as possibilidades multidimensionais do crédito à época estava aquela concedida pelas firmas importadoras ou exportadoras; muitas atuavam facilitando a compra de máquinas no exterior e obtendo financiamento em bancos estrangeiros para os fabricantes locais, como no caso da firma Zerrenner & Bulow & Comp. Essa empresa, além de casa importadora, funcionava como construtora de máquinas e banco de câmbio. Seus diretores, de origem alemã, haviam sido sócios minoritários

⁸ Marcondes (1998, 2002); Teodoro (2006); Tosi; Faleiros; Teodoro (2005); Fontanari (2011).

da Companhia Antarctica Paulista, fábrica de cerveja fundada em 1891. A participação deles na referida firma centrou-se justamente na facilitação de compra de equipamentos fora do Brasil e no estabelecimento de boas relações com os credores estrangeiros (Marson, 2012, p. 23).

Sabemos que o acesso ao crédito desse período perpassava de maneira significativa pela figura do comissário. Estes últimos dedicavam-se ao recolhimento do café nas fazendas do interior e ao subsequente transporte dos grãos até os portos do litoral; com o passar do tempo, no entanto, e devido à insuficiência de instituições financeiras no Brasil, os comissários passam a se dedicar à concessão de empréstimos aos proprietários de terras. A dificuldade de acesso ao crédito agrícola por parte dos fazendeiros transforma o comissário em uma figura financeira, para além de apenas comercial (Melo, 2003, p. 371).

A descapitalização do proprietário agrícola foi evidente no Vale do Paraíba fluminense, onde o pagamento de juros aos intermediários mercantis, que cobravam valores mais altos que os das casas exportadoras, fez-se de forma recorrente. Joaquim Nabuco já havia constatado que a concessão de crédito no Segundo Reinado fez do fazendeiro “o empregado agrícola que o comissário ou o acionista de banco tem no interior para fazer seu dinheiro render acima de 12%” (Faoro, 1979, p. 211). Essa situação permitiu que aos poucos muitos fazendeiros construíssem suas próprias casas comissárias como mecanismo de defesa da cobrança de juros. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, “nem o fazendeiro podia desvencilhar-se facilmente de seu credor, a quem ficava cada vez mais preso por dívidas que não chegava a saldar, nem podia deixar o comissário de acudir seu cliente” (Franco, 1983, p. 168).

Conforme crescia a inserção das firmas exportadoras na economia brasileira, a figura do comissário perdia importância relativa; este último aos poucos se tornava menos capaz de lidar com o amplo crescimento do volume transportado desde a fazenda até o porto, e seus fretes eram bem mais custosos do que os das firmas exportadoras. À diferença dos comissários, estas últimas possuíam relativa facilidade de manobra para arbitrar as flutuações entre a compra do café dos plantadores e a exportação; enquanto os comissários estavam diretamente envolvidos na produção e, portanto, expostos aos problemas do plantio, as casas exportadoras lidavam apenas com a intermediação das trocas internacionais (Melo, 2003, p. 373).

Por mais que possamos constatar a permanência dos comissários no circuito de comercialização cafeeiro até a década de 1930 (Fontanari, 2015, p. 132), desde 1890 se assiste a uma alteração do padrão de comercialização do café no Brasil, quando as companhias exportadoras estrangeiras passaram a comprar os estoques diretamente nas fazendas do interior e anularam a função intermediária dos comissários (Saes, 1985, p. 140). O afastamento relativo destes últimos do processo comercialização dos grãos foi algo processual, e muitas casas de fato permaneceram atuantes no século XX adentro; nota-se, no entanto, que a menor participação na movimentação do café também significou perda de importância nos circuitos financeiros. Competir com as firmas exportadoras estrangeiras era bastante difícil, sobretudo pelo fato destas últimas possuírem armazéns onde mantinham o café comprado dos fazendeiros e vendiam-no apenas quando estes demandassem (Saes, 1986, p. 68)⁹. Além disso, a construção desses armazéns, garantidores da nova forma de comercialização do café, tinha seus juros garantidos pelo governo (Saes, 1985, p. 140).

Contando com favoráveis condições de inserção e aproveitando o *boom* do preço do café entre os anos de 1886 e 1897, as casas exportadoras estrangeiras articulam-se em forma de oligopsônio e dominam o mercado exportador, tornando-se aptas a, juntas, pressionarem para baixo os preços dos grãos vendidos pelos comissários. A possibilidade de abertura de capital na bolsa de valores por parte das casas exportadoras constituía-se como outra fonte de vantagens relativa em relação às firmas comissárias; constatamos firmas exportadoras e importadoras abrindo o capital na bolsa a partir da década de 1890, em consonância com a data de fundação da Bolsa Livre de São Paulo. Os fazendeiros de café locais contribuíram para a expansão dessas firmas comprando ações e aquisições das companhias, sobretudo daquelas envolvidas na importação, ou mesmo produção, de máquinas de beneficiamento de café (Marson, 2012, p. 28). Como exemplo de firma com capital aberto em São Paulo no início da década de 1890, citamos a Companhia de Grandes Bazares, importadora de móveis e também “fábrica a mão e a vapor”, cujo capital nominal de Rs 260:000\$000 era dividido em 1.300 ações de Rs 200\$000 cada (Brasil, *Correio Paulistano*, 1^o de março de 1891, p. 4).

⁹ Segundo o autor, os comissários não tinham condições de oferecer crédito de longo prazo.

No que diz respeito à nacionalidade das firmas e dos principais mercados consumidores dos grãos, sabemos que os Estados Unidos se tornavam aos poucos um dos nossos principais mercados compradores, e contavam com linhas regulares de acesso para os portos brasileiros sobretudo a partir de Nova York; dentre as casas mais conhecidas responsáveis pelo referido traslado, estava a Thomas Nortons, firma estabelecida no Brasil no ano de 1865, e que permaneceu atuante durante o *boom* posterior do café (Brasil, *The Rio News*, 1^o de abril de 1889, p. 4). A conexão Estados Unidos-Europa para posterior acesso ao Brasil era um trajeto comum, e a alemã Norddeutscher Lloyd, de Bremen, saía da sua cidade natal para Nova York para, em um segundo momento, chegar aos portos brasileiros. Em 1889, no entanto, constatamos linhas regulares diretas entre Bremen e o Brasil, com posterior passagem pelo rio da Prata, pela China, pelo Japão e pela Austrália (Brasil, *The Rio News*, 5 de agosto de 1889, p. 4).

Dentre as firmas exportadoras e importadoras mais bem inseridas na cadeia comercial do café à época, estava a Theodor Wille & Co., original de Hamburgo e com agências em Santos desde 1844, e no Rio de Janeiro e em São Paulo desde 1855. Entre 1895 e 1906, essa casa foi responsável por 18,5% de toda a exportação de café do Porto de Santos (Holloway, 1978, p. 51). Para além do enorme volume de café movimentado, a firma tornou-se conhecida no século XIX por ter financiado a compra de terras do seu antigo corretor, o também alemão Francisco Schmidt, proprietário de importantes fazendas na região de Ribeirão Preto (Moraes, 1988). À época de sua abertura, a exportação do café brasileiro era ainda pouco expressiva, tendo crescido e se tornado estrutural a partir de 1870; até essa década a firma ocupou-se sobretudo da exportação de algodão e açúcar. Entre 1895 e 1910, exportaram cerca de 20.124.988 sacas de café, das quais uma parte significativa provinha das fazendas da própria firma, 8 propriedades no interior do estado de São Paulo (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 720). Conforme se aproximava o final do século XIX, a referida casa também passa a exportar borracha, peles, chifres e madeira.

Na década de 1890, a Theodor Wille expandiu o horizonte de seus investimentos e participou da reforma da Usina Elétrica de Rio Claro; a firma já havia adquirido a Usina Fernando Arens, do engenheiro e industrial proprietário da Casa Arens & Irmãos, e vinha se dedicando

ao financiamento de fábricas e usinas (Marson, 2012, p. 22). Também funcionavam como agentes de outras companhias de navegação, como a Companhia Cruzeiro do Sul, cujo “esplendido, novo e rápido” pacote nacional *Saturno* percorria as cidades de Paranaguá, Antonina, Desterro, Rio Grande do Sul, Montevideu e Buenos Aires, sempre recebendo carga em trânsito para Pelotas e Porto Alegre (Brasil, *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1905).

Fernando Arens era ele próprio um proprietário de casa importadora; em anúncio da Fernando Arens & Filho no *Correio Paulistano*, em novembro de 1906, intitulavam-se como “engenheiros, fabricantes e importadores”. Eram os únicos representantes da fábrica de vapores Henrio Lanz, natural de Mannheim, na Alemanha. O anúncio continuava com o seguinte trecho:

Fornecemos e damos assentado em qualquer lugar, machinismos para beneficiar café com recentes melhoramentos, privilegiados, muito sólidos; aceitamos qualquer encomenda de machinismo; encontram-se sempre todos os acessórios para machinas, como chapas, esteiras, molas, correias, óleos, etc. (Brasil, *Correio Paulistano*, 21 de novembro de 1906)

Outra casa exportadora vinda de um país com importante mercado consumidor para o café brasileiro era a austríaca Rombauer & Cia., no Rio de Janeiro desde 1887 e em Santos desde 1893. Em 1913, a Áustria recebia anualmente cerca de 800.000 sacas de café do Porto de Santos e 3.400.000 do Porto do Rio de Janeiro (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732). Todo esse café era transportado pelos navios da linha Austro-Americana, principal transportadora de Santos para o Império Austro-Húngaro, além de importante operadora do eixo Trieste-América do Sul. A referida linha também transportava passageiros e era agente da Companhia Real Húngara Adria, cujos navios cargueiros tocavam o Porto de Santos mensalmente (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

A firma também funcionava como importadora de bens, tais como sal, cânhamo e goma, para utilização em manufaturas e fios de costura, este último fundamental para a produção de sacas de café; a Rombauer & Cia. era também importante acionista da Fábrica de Cordões do Rio de Janeiro (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

Citamos ainda a Schmidt, Trost & Cia., companhia ativa desde 1890, com matriz na cidade de São Paulo e filial em Santos. Exportava apenas café, produzido em fazendas de sua propriedade, e também atuava como importadora. Entre 1895 e 1909, a companhia exportou cerca de 1.078.570 sacas de café pelo Porto de Santos; só no ano de 1909-1910, foram 112.236 sacas (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

A filial da cidade de Santos operava como agência de remessas de mercadorias consignadas à casa matriz de São Paulo, tais como aço, madeiras, cimento, diversos tipos de cutelaria e materiais para construção. Dentre os bens importados e distribuídos pela Schmidt, Trost & Cia., estavam ferragens, arames, ferro bruto, aço, materiais de construção, óleos, tintas e metais (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732). Ocasionalmente a companhia também operava em transações bancárias, sobretudo através de casas estrangeiras; possuía uma agência de compras em Hamburgo, cidade que, como sabemos, possuía à época um dos principais portos importadores do café brasileiro na Europa. Era também agente da Rederiaktiebolaget Nordsljernan, de Estocolmo, e das firmas alemãs Thyssen & Cia., Orenstein & Koppel, A. G. Berlim, Germania Cement Works, Companhia de Seguros Mannheim e da Hamburger Assekuranzverein de Hamburgo (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732). A casa também operava viagens de passageiros no circuito Gênova-São Paulo-Buenos Aires, vendendo passagens de primeira à terceira classe do vapor Citta di Torino, na Navigazione Generale Italiana (Brasil, *Correio Paulistano*, 20 de novembro de 1906, p. 8).

Em 1893 foi instalada em Santos uma sucursal da Arbuckle & Cia., firma norte-americana proprietária da maior torração de café da época, além de importante refinadora de açúcar em Nova York. Possuía escritórios no Rio de Janeiro e em Vitória, e a casa de Santos foi responsável por exportar cerca de 6.015.136 sacas de café entre os anos de 1895 e 1909, todas embarcadas diretamente para a casa matriz em Nova York (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 702). Desde o final do século XIX, as firmas de torrefação vinham adquirindo um papel decisivo no mercado cafeeiro, ampliando suas funções e interessando-se pelo âmbito da produção. Por meio de estratégias de integração vertical, essas casas passam a comprar diretamente das plantações dos países produtores, mandando seus agentes para o interior das fazendas e evitando

a intermediação das casas exportadoras. A partir desse contexto, assisteu-se a uma certa segmentação do mercado, e o Brasil passa a exportar sobretudo grãos de menor qualidade para consumo nos Estados Unidos (Topik, 2003, p. 43)¹⁰.

Um dos principais gerentes da Arbuckle & Cia., J. H. Windels, tornou-se posteriormente sócio da Leon Israel Bros., casa de torrefação de grãos com origem em New Orleans, nos Estados Unidos. Após abrir uma filial em Nova York, a companhia fundou uma casa para exportação em Santos, no ano de 1909. A firma operava unicamente com café, e da colheita de 1910-1911 exportou cerca de 300.000 sacas; em 1909-1910 foram 328.059 sacas. Além de suprir as remessas para a casa matriz nos Estados Unidos, a casa em Santos também exportava café diretamente para a Europa (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 710).

A despeito de as mudanças no processo de transporte e exportação do café terem desbancado a participação das casas comissárias no final do século XIX, comprovamos a permanência de algumas dessas firmas nacionais em funcionamento no século XX. Um exemplo é a Raphael Sampaio & Cia., fundada em Santos, em 1888. Seu proprietário, natural de Campinas, era também dono de várias fazendas no Oeste Paulista e presidente da Companhia Brasileira de Exportação de Frutas. Devido a uma boa capacidade de armazenamento das sacas de café, cerca de 100.000 distribuídas em diferentes depósitos, a firma conseguiu competir com as casas estrangeiras e garantiu sua participação no mercado mesmo após a queda da maior parte das outras casas comissárias. Na colheita recorde de 1906-1907, conseguiu ampliar em cerca de 6 vezes sua capacidade de armazenamento e transportou 650.000 sacas de café (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

Outras casas comissárias também conseguiram se adaptar e permanecer ativas no século XX; foi o caso da Prado, Chaves & Cia., fundada por grandes cafeicultores paulistas (dentre eles Antonio da Silva Prado) no ano de 1890. A princípio envolvidos apenas com o transporte dos grãos, em 1910 foram os maiores exportadores de café do Porto de Santos, embarcando cerca de 1.500.000 sacas para fora. Grande parte

¹⁰ Segundo o autor, a partir desse processo de segmentação do mercado, a Costa Rica passa a exportar sobretudo para o Reino Unido, que por sua vez reexportava os grãos para a Alemanha; o café da Guatemala também ia majoritariamente para a Alemanha; El Salvador e Madagascar exportavam sobretudo para a França.

dos grãos provinha da Fazenda São Martinho, de propriedade da família Prado, onde eram plantados cerca de 2.500.000 pés em 36.000 hectares. A fazenda empregava 2.000 colonos e era comandada pela Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, que, no ano de 1913, girava com o capital de £ 800.000 (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

A casa comissária Ernesto Whitaker & Cia. foi fundada em 1908, período já bastante marcado pela presença das casas exportadoras estrangeiras. Seu principal sócio e gerente geral era Ernesto de Aguiar Whitaker Jor, segundo secretário da Associação Comercial de Santos e primo do famoso José Maria Whitaker, ex-presidente da Associação Comercial de Santos, ex-presidente do Banco do Brasil, e futuro ministro da Fazenda do primeiro governo de Getúlio Vargas (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 708). A firma tinha como associados importantes fazendeiros de café do interior paulista, e o negócio de comissões girava anualmente com cerca 100.000 sacas de café. A casa recebia consignações de outros fazendeiros, além das enviadas pelos que pertenciam à firma; também possuíam títulos de empresas como a Companhia Exportadora de Frutas, de Santos, e a Companhia Brasileira de Seguros (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 708).

Citaremos por fim a firma Levy & Cia., casa comissária que, com o passar do tempo, transformou-se em companhia exportadora. Formada em São Paulo, no ano de 1911, pelos sócios e irmãos José, Simão e Humberto Levy, tinha um lugar proeminente no comércio local; entre 1895 e 1909, exportou cerca de 273.749 sacas de café e, entre 1908 e 1911, outras 172.391, todas tendo como destino os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos. Um dos sócios, José Levy, havia se tornado proprietário da famosa fazenda de café Ibicaba, uma das mais antigas da República e originalmente pertencente ao senador Nicolau Vergueiro. A Ibicaba passou a ser propriedade de José Levy em 1890, quando possuía cerca de 560.000 pés de café (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 727).

2. Companhias de armazenamento e os warrants

No que diz respeito às possibilidades de armazenagem dos produtos agrícolas à época, era comum que as casas exportadoras emitissem cupons

denominados *warrants*, comprados por fazendeiros que pretendiam trocá-los por moeda quando o café fosse efetivamente vendido. Os *warrants* também funcionavam como títulos de crédito, e os fazendeiros poderiam realizar pagamentos e obter empréstimos com seus cupons. O procedimento creditício era, portanto, mais complexo e sofisticado do que aquele levado adiante pelos comissários, e, por mais que os fazendeiros reclamassem da pressão baixista das casas exportadoras, que por vezes os obrigava a vender a safra a preços não compensadores, passaram a obter a maior parte de seus empréstimos com estas últimas (Perissinotto, 2000, p. 65). Era a partir do armazenamento do café, realizado sobretudo por firmas estrangeiras, que os fazendeiros poderiam formar um *estoque amortecedor*, isto é, uma parcela da produção cafeeira capaz de ser inserida nos mercados internacionais nos momentos de alta excessiva do preço do produto (Holloway, 1978, p. 24).

Conforme se expandia a exportação cafeeira, sobretudo a partir da década de 1890, a armazenagem das sacas tornava-se aos poucos um ramo de investimento atraente para o capital estrangeiro. Essa situação perdurou durante as primeiras décadas do século XX, e em 1914 a Companhia Docas de Santos emitiu 82 recibos e 10 *warrants* sobre 8.023 sacas de café armazenadas e prontas para serem exportadas (Brasil, Relatório do Ministério da Fazenda, 1914, p. 70). A Brazilian Warrant Company, registrada em Londres, em 1909, com o capital de £ 300.000, absorveu as instalações de armazenagem e benefício locais, além de ter comprado firmas de corretores, fazendeiros e agências de navegação (Dean, 1971, p. 62). Dentre os armazéns locais adquiridos, estavam os de propriedade da famosa casa exportadora E. Johnston & Co., da qual falaremos mais à frente; o espaço físico de armazenamento dessa companhia foi cedido em troca da posse de ações da própria Brazilian Warrant, e ambas as firmas estabeleceram laços estreitos entre suas diretorias partir de então (Bacha; Greenhill, 1992, p. 213). Rapidamente a nova empresa de armazenagem de café ultrapassou as duas companhias locais do ramo: a Companhia Registradora de Santos, que registrava os contratos de compra e venda de café, e a Companhia Paulista de Armazéns Gerais, que dava facilidade para o depósito dos grãos e se orgulhava de ser “a única companhia de armazéns gerais fiscalizada pelo governo” (Brasil, *Correio Paulistano*, 6 de julho de 1909, p. 8). A primeira contava com capital de Rs 1.000:000\$000, e a segunda, com Rs 400:000\$000 (Brasil, *Impressões*

do *Brazil no século XX*, 1913, p. 707). Pelo valor de Rs 650 por saca, o produtor de café tinha direito ao “carreto da estação até o porto, ensaque à máquina, barbante, marcação e separação dos sacos, tiragem de amostras, seguro contra fogo e armazenagem por até 6 meses” (Brasil, *Correio Paulistano*, 19 de dezembro de 1909, p. 8). No ano de 1911, a Companhia Paulista de Armazéns Gerais possuía uma dívida de Rs 1.067:249\$215 com a Brazilian Warrant Company, cuja atuação mais competitiva no mercado contribuiu para desbancar sua concorrente nacional (Schompré, 1911, p. 162).

Em 1903, legislou-se pela primeira vez a respeito dos *warrants*, conhecidos como títulos dos armazéns gerais. Em 21 de novembro daquele ano, sob o Ministério da Fazenda de Leopoldo de Bulhões, foi promulgada a Lei n. 1.102/1903: a partir de então o governo federal designava quais eram as alfândegas em condições de emitir os títulos sobre as mercadorias recolhidas em seus armazéns. Estes últimos estavam sob fiscalização imediata das Juntas Comerciais, para onde os empresários deveriam remeter os balanços das mercadorias que tivessem entrado e saído, bem como uma demonstração do movimento dos títulos emitidos (Brasil, Decreto n. 1.102, 21 de novembro de 1903, p. 1.900). As mercadorias armazenadas só poderiam servir de base à emissão dos títulos se seguradas contra riscos de incêndio, e os armazéns gerais tinham apólices especiais para esse fim (Brasil, Decreto n. 1.102, 21 de novembro de 1903, p. 1.900).

A pujança da produção e comercialização do café no estado de São Paulo permitiu a formação de outras companhias de armazéns gerais, dedicadas à armazenagem e à emissão dos *warrants*. Além da já citada Companhia Paulista de Armazéns Gerais, desde 1907 Santos e São Paulo também contavam com os serviços da Companhia Central de Armazéns Gerais, fundada com o capital de Rs 100:000\$000. Durante o ano de 1910, a companhia emitiu 586 *warrants*, no valor de Rs 21.722:438\$664, para 607.862 sacas de café e 272 recibos de depósito de 261.119 sacas, representando o valor de Rs 8.563:734\$000 (Brasil, *Impressões do Brazil no século XX*, 1913, p. 732).

Em 1910 essa companhia teve lucro de Rs 97:005\$790 e distribuiu aos acionistas dividendos de 10%; suas atividades foram ampliadas e seus depósitos deixaram de armazenar apenas café, passando a incluir também outras mercadorias. Os 9 armazéns de sua propriedade em Santos dei-

xaram então de ser suficientes, e a firma passou a alugar mais 11 estabelecimentos para fazer frente à crescente demanda por armazenagem de gêneros na cidade de Santos (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732). Citamos por fim a Companhia Internacional de Armazéns Gerais, fundada em 1907 com ações cotadas nas bolsas de São Paulo e Santos e tendo como presidente Rodolfo Crespi, proprietário do famoso Cotonifício Crespi e da Banca Italiana di Sao Paolo (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 160).

3. Casas exportadoras e importadoras e a concessão de seguros

Notamos algumas casas exportadoras e importadoras funcionando também como companhias de seguros, como no caso da acima referida E. Johnston & Co. Fundada no Rio de Janeiro, em 1842, pelo comerciante britânico Edward Johnston, essa firma tornou-se uma das mais importantes exportadoras do café brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. Ao contrário da maior parte das firmas estrangeiras equivalentes estabelecidas no Brasil, a E. Johnston não começou seu negócio com a importação de produtos da Europa, e sim com a exportação de bens primários brasileiros; justamente por trabalhar sobretudo com produtos primários e à base de comissões, a casa precisava de pouco capital para operar e tinha seus riscos minimizados (Bacha; Greenhill, 1992, p. 152). Em meados do século XIX, passara a diversificar o rol de produtos exportados e expandira seus negócios para a Bahia e Pernambuco, de onde exportava açúcar, e o rio da Prata e o Sul do Brasil, onde participava de carregamentos de couro e charque. Mesmo que de maneira menos expressiva, a firma também atuou como importadora, sobretudo de manufaturas; os principais artigos importados eram ferramentas da Avery & Co. e balanças da Sack Sewing and Filling Syndicate Ltd., para as quais também era agente geral em Santos. Também trazia bens intermediários e de capital da Grã-Bretanha, além de tecidos, madeira, carvão, óleo, corda, cimento e ferro (Bacha; Greenhill, 1992, p. 159). No departamento de embarques, era agente da Hamburg-Sud-Amerikanische, companhia de navegação com um serviço hebdomadário de pacotes tocando o Porto de Santos (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 733).

Em 1882 foi aberta a sucursal em Santos, dotada de um importante

departamento de seguros contra fogo para os navios cargueiros; outras filiais para seguros existiam em Taubaté, Amparo, Espírito Santo do Pinhal, São José do Rio Pardo, Ribeirão Preto, São Carlos do Pinhal, Jaboticabal, São Manuel e Jaú (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

O departamento de embarques e seguros estava a cargo de Robert Alexander Landall, cônsul inglês em Santos, entre 1907 e 1908. As operações seguradoras faziam-se em parceria com a Guardian Assurance Co., de quem a E. Johnston era a principal agente na cidade; de ano a ano, registravam-se aumentos nas atividades com seguros, e as apólices contra fogo, contra acidentes e quaisquer outros prejuízos das cargas dos navios estavam dentre as mais negociadas pela firma (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 160).

Ao longo da década de 1910, a E. Johnston continuou ocupando um lugar proeminente no que diz respeito à quantidade de café exportado; entre 1895 e 1910, foram 8.722.696 sacas, das quais 642.119 exportadas apenas nesse último ano (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 733).

A Companhia Paulista de Armazéns Gerais também concedia seguros, vendendo apólices contra fogo para armazenar o café e cobrando cerca de Rs 150 mensais por cada saca, ou Rs 60 semanais (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732). Além do seguro havia o preço do armazenamento, de Rs 125 mensais por saca. Para o embarque do produto, incluindo carreto, marcação dos sacos e despacho na Mesa de Rendas, pagavam-se cerca de Rs 350 por saca; os ensaques eram feitos via máquinas, e desde 1909 a companhia possuía em seus armazéns aparelhos de beneficiamento ou rebeneficiamento dos grãos, serviço realizado no momento do ensaque e considerado de baixo custo, cujos efeitos aumentavam o valor da mercadoria exportada (Brasil, *Correio Paulistano*, 6 de julho de 1909, p. 162).

A companhia havia sido fundada como sociedade anônima em 1906 com o capital de Rs 400:000\$000, e desde então gozava de garantia de juros de 6% por parte do estado de São Paulo. Em seu balanço referente a junho de 1910, temos que as apólices de seguros constituintes de seu patrimônio tinham o baixo valor de Rs 13:240\$830, formando apenas 0,8% do total dos ativos (o maquinário dos armazéns de Santos e São Paulo, por exemplo, representava cerca de 12,3% do ativo total) (Schompré, 1911, p. 162). A Companhia Paulista de Armazéns gerais também

concedia seguros para os bens que armazenava, e através desse serviço obteve o valor de Rs 12:333\$996, cerca de 2,6% do lucro total para o ano social de 1910. A maior parte do lucro, no entanto (62% do total), vinha do ensacamento do café.

Delegar serviços com necessidade de maquinaria moderna às companhias de armazenamento fazia sentido, sobretudo no caso dos pequenos produtores; citaremos um caso ocorrido em julho de 1909, quando a importante fazenda de café Rosa Branca, localizada em Caconde, no interior de São Paulo, teve sua principal máquina para beneficiamento do café inteiramente queimada. O equipamento não estava seguro e cerca de 800 arrobas de café também foram consumidas pelo fogo, o que acarretou um prejuízo total de Rs 30:000\$000 (Brasil, *Correio Paulistano*, 19 de julho de 1909, p. 3).

Casas importadoras também tinham relação com as companhias de seguros; a tradicional Casa Baruel, firma paulista que importava remédios, especialidades farmacêuticas, artigos para indústria, perfumaria e instrumentos de cirurgia, era dirigida por Francisco Nicolau Baruel, também diretor do Banco de São Paulo e da Companhia Brasileira de Seguros (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 710).

A Williams & Cia., conhecida firma britânica estabelecida no Brasil, em 1900, exportava açúcar, algodão, caroço de algodão, borracha de mangabeira e milho para o Sul do país e para toda a Europa. Seus donos eram agentes das companhias de navegação Mala Real Inglesa, Lamport & Holt e Houston Line, e da Companhia de Seguros Northern Insurance & Co., de Londres, além de diretores da usina de açúcar Conceição de Sinimbu, em Alagoas (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 1.057).

Dentre as casas de comércio mais importantes de São Paulo, estava a Charles Hü & Cia., fundada em 1893, importadora de vinhos, licores, conservas e gêneros alimentícios; era incorporadora da Companhia Franco Brasileira de Conservas Alimentícias e agente da Companhia de Seguros contra Fogo L'Union e da Compagnie pour la Fabrication des Compteurs et Matériel d'Usines à Gaz, ambas de Paris (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 710).

A importadora Carraresi & Cia., formada em 1901 por imigrantes italianos, tinha sua matriz em São Paulo e a filial em Santos. Seus proprietários eram importantes despachantes da cidade de Santos, além de

consignatários de navios a vela e vapores e representantes e agentes de diversas companhias de seguros. Importavam sobretudo material para a construção de estradas de ferro e para estaleiros navais, além de serem representantes da Companhia de Navegação Marinha Mercante Argentina (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

Havia também casos de agentes intermediários das alfândegas que realizavam trabalho de recebimento das mercadorias das casas importadoras que chegavam aos portos brasileiros; para a cidade de Santos, citamos o caso da agência Rodolpho Guimarães, encarregada de recebimento e embarque de cargas nos portos, bem como do transporte das mercadorias até as estradas de ferro, sobretudo para a Estrada de Ferro Paulista; também realizava outros tipos de despachos na Alfândega e vendia apólices da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Mercúrio (Brasil, *Correio Paulistano*, 26 de abril de 1904, p. 4).

Fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, existiam outros exemplos de estabelecimentos comerciais inseridos na área de seguros. Citamos a Kramer Leaens & Cia., casa importadora e exportadora da cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, fundada em 1896. Suas importações consistiam em secos e molhados recebidos da Europa e da América do Norte, farinha da Argentina, açúcar de Pernambuco e café do Rio de Janeiro; exportavam produtos regionais como couro e lã, sobretudo para Buenos Aires. Devido à inserção da casa no comércio nordestino, os sócios Bernardo Kramer, Firmino Leaens e Otto Ewe eram também agentes da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 732).

Em Ilhéus, na Bahia, foi fundada em 1911 a Ayre & Cia. pelo britânico Charles Henry Bennet Ayre, ex-executivo do London & Brazilian Bank. A firma negociava como casa importadora de diversos artigos, mas também como cultivadora e compradora de cacau, sobretudo da firma F. Stevenson & Co. Funcionava também como agente no distrito da Companhia de Seguros Garantia da Amazônia (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 889).

Em Manaus havia a casa comercial importadora W. Peters & Cia., dos sócios alemães Cyril F. Kieman e W. Peters, sendo o segundo cônsul da Grécia em Manaus e diretor da Associação Comercial do Amazonas. Essa casa tornou-se conhecida por ser agente de várias firmas, nacionais ou estrangeiras, dentre elas companhias de seguros como a Companhia

de Seguros Garantia da Amazônia, a Companhia de Seguros Marítimos contra Fogo Amazonense e a Companhia Interesse Público. Além disso, exportava em larga escala produtos como borracha, couro, castanhas e chifres, e vendia ferragens e artigos para seringueiros (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 998).

4. Casas importadoras e a formação do capital industrial brasileiro

A discussão a respeito do processo de formação do capital industrial brasileiro perpassa necessariamente pelas casas importadoras e pela função que estas últimas desempenharam para a construção da indústria nacional. Sabemos que, conforme avançava o desenvolvimento do referido capital industrial, surgiam novas necessidades para a pauta de importações doméstica. Além dos bens de consumo duráveis e não duráveis, aos poucos se assistia à entrada de bens de capital, que se instalavam nas primeiras manufaturas. Ao longo desse processo, notamos forte atuação das casas importadoras de maquinaria, que estimulavam o consumo local de bens de produção via concessão de crédito aos compradores do maquinário que importavam. No caso das firmas britânicas, o capital utilizado para essa operação vinha de bancos ingleses, interessados em financiar indiretamente os consumidores industriais brasileiros. Segundo Richard Graham, “já era praxe que as tradicionais firmas importadoras concedessem um extenso crédito aos compradores brasileiros” (Graham, 1973, p. 140). Cabe chamarmos atenção ao fato de que o comércio e a importação de máquinas e equipamentos nesse período, sobretudo em São Paulo, não significaram a instauração de obstáculos para uma indústria local, tendo, ao contrário, contribuído para seu desenvolvimento (Marson, 2012, p. 5).

De fato, pode-se comprovar uma significativa mudança no padrão das importações, cujos efeitos para a expansão da indústria se mostraram fundamentais. Como dito acima, a partir de 1870 os produtos importados deixaram de ser apenas bens de consumo e passaram a incluir maquinário, insumos e capital circulante. Se em 1850-1854 a maquinaria importada representava apenas 0,85% do valor das importações advindas da Inglaterra, 30 anos depois passa a valer 6,52%, para chegar a 9,96%

entre 1905-1909 (Graham, 1973, p. 139). A importação de carvão também conheceu crescimento expressivo, passando de 4,13% do que era importado da Grã-Bretanha em 1850-1854 para 13,91% em 1900-1904 (Graham, 1973, p. 134). Comprovamos a mudança no padrão da importação para o Brasil com o exemplo da firma importadora e exportadora Lion & Comp., que em 1904 trazia arados norte-americanos da marca Deere & Comp., cultivadores e semeadores da marca Mansur, ferramentas de aço maleável, tubos de ferro fundido de grande resistência, “cimento de primeira qualidade”, graxa americana, óleos para cilindros, transmissões e máquinas, além de ferragens para construções, ferro e aço em barras e artigos para estradas de ferro. A casa operava no movimentado circuito São Paulo, Santos e Hamburgo (Brasil, *Correio Paulistano*, 25 de abril de 1904, p. 4).

Em 1906, a firma norte-americana Craig & Martins era a única casa importadora do maquinário da marca Davey, Paxman & Limited; em seus anúncios no *Correio Paulistano*, comunicava para o público a chegada de vapores, caldeiras e motores a gás e a querosene que seriam vendidos pelo preço de fábrica; também anunciava a chegada de “locomóveis de 6, 8 ou 10 cavallos, que [são vendidos] a preços baratíssimos” (Brasil, *Correio Paulistano*, 17 de outubro de 1905).

Outras condições foram benéficas para o incremento da indústria nacional à época: o período de alta do câmbio, entre 1889 e 1890, e a seguida desvalorização de 1891 permitiram, respectivamente, o aumento da importação de bens de capitais e um melhor posicionamento das mercadorias nacionais no mercado estrangeiro (Tannuri, 1981, p. 73). Tem-se assim um duplo beneficiamento para o incipiente capital industrial nacional: as importações de bens de capital da Inglaterra, em libras, aumentaram cerca de 70% entre 1885-1889 e 1890-1894 (Fishlow, 1977, p. 11). As fábricas de tecido tiveram seu capital aumentado 4 vezes num período de 3 anos; e, das 198 fábricas em operação no ano de 1912, 33 foram fundadas no período de 1885-1889 (Fishlow, 1977, p. 11).

Era comum à época que firmas importadoras se tornassem elas próprias produtoras dos artigos antes importados. Muitos importadores de firmas internacionais realizaram a transição à abertura de manufaturas, sobretudo devido à sua posição estratégica na estrutura do comércio, à facilidade no acesso ao crédito, e ao conhecimento acerca dos canais para distribuição do produto acabado (Dean, 1971, p. 26). Foi esse o caso da

Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo, que, no início do ano de 1904, publicou nos jornais locais a patente do seu “Esbrugador de café Mechanica”, peça a ser adicionada no maquinário já existente e cujo maior benefício era o de evitar o “empastamento no descaroçador de café”, diminuindo o esforço da máquina e aumentando o ritmo e volume da produção (Brasil, *Correio Paulistano*, 25 de abril de 1904, p. 4). A mesma companhia também importava máquinas de arroz da marca Engelberg e produzia ela própria separadores e ventiladores de arroz; em seus anúncios afirmava que “estas machinas, já muito conhecidas, trabalham com a maior perfeição e produzem grandes quantidades” (Brasil, *Correio Paulistano*, 26 de abril de 1904, p. 4).

Além de importar maquinário especializado, a firma possuía engenhos em Santos e São Paulo, onde beneficiava, ela própria, café de outras fazendas. Em outro anúncio no mês de abril de 1904, afirmava ter em seus engenhos os “machinismos mais aperfeiçoados, podendo, por isso, produzir os tipos mais finos exigidos pelas bolsas das principais praças da Europa e da América”. Também se dispunha a vender o café beneficiado no mercado brasileiro e estrangeiro, nesse último caso a partir de um escritório em Londres. Para a exportação de café, adiantava cerca de 80% do valor das sacas, menos as despesas; cobrava juros de 5% sobre os adiantamentos dos embarques (Brasil, *Correio Paulistano*, 28 de abril de 1904, p. 4).

Citaremos mais alguns exemplos de atuação das casas importadoras no Brasil da época, chamando atenção para o teor de suas importações e a relação destas últimas com o processo de formação do capital industrial nacional. A já citada Theodor Wille, além de importante casa exportadora de café, era também importadora de diversos gêneros, tais como maquinaria, cutelaria e artigos para indústria; foi agente de diversas companhias de navegação, como a Hamburg Amerika Linie e a H. Sudamerikanische, e estava dentre os principais acionistas da Companhia Santista de Tecelagem (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 720).

Outra importante casa exportadora da época que também atuou como importadora era a Nossak & Cia., natural de Hamburgo e com uma filial em Santos, desde 1891. Entre 1895 e 1909, exportou 2.202.489 sacas de café, numa média anual de 250.000 sacas por ano. No ramo da importação, trazia sobretudo vinhos espanhóis, franceses, portugueses e alemães, além de conservas e grande variedade de bens de consumo não

duráveis. A firma possuía também um departamento de despachos, e era agente local da linha de pacotes *Kosmos* (Brasil, *Impressões do Brazil no século XX*, 1913, p. 727).

A firma Henry Rogers, Sons & Co. Limited, com casas em São Paulo e no Rio de Janeiro, era a única importadora do maquinário para fiação e preparação de algodão do fabricante Howard & Bullough, cujo anúncio no jornal, no ano de 1905, tratava acerca de suas “grandes oficinas novamente montadas com maquinismo o mais moderno; apresentam suas machinas como perfeitas, mais simples e eficazes, e já muito afinadas e conhecidas em toda a parte do mundo” (Brasil, *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1905). No mesmo dia, nesse mesmo jornal, era anunciado o descaroador de algodão da marca Águia, cujo diferencial estava nas suas prensas hidráulicas para enfardar com parafuso e era importado pela casa britânica Lidgerwood Mfg. Co. Ltd. (Brasil, *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1905).

Citamos o exemplo da Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne, importante banco formado com o capital de imigrantes (cerca de 5.000.000 francos) para operar no comércio brasileiro de importação e exportação. Em 1906, tornou-se proprietária da firma Nathan & Cia., sucessora de Lupton & Cia., dentre outras casas em São Paulo e Santos, ao longo da primeira década do século XX. A Lupton & Cia. havia sido uma das principais firmas responsáveis pelo transporte de café entre o Brasil e Hamburgo, já no final do século XIX e início do século XX (Brasil, *Correio Paulistano*, 1^a de janeiro de 1900, p. 8). Já a Nathan & Cia. era a única importadora de bocais para lampiões de querosene, à época uma novidade que permitia melhor aproveitamento da luz e menor gasto de combustível (Brasil, *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1905, p. 4).

A Société Financière possuía um movimento muito grande no seu departamento de café; da colheita de 1910-1911, exportou cerca de 660.000 sacas; em 1909-1910, foram exportadas 516.202 sacas; e, no período de 1906-1907 até 1908-1909, os seus embarques atingiram 1.757.766 sacas. Em relação às importações, trazia açúcar de Pernambuco até Santos e importava todo tipo de comestíveis, algodão, lã e artigos têxteis, além de máquinas para o comércio e indústria e cutelaria (Brasil, *Impressões do Brazil no século XX*, 1913, p. 727).

A Herm, Stoltz & Cia., firma original de Hamburgo, atuava desde

o início do século XX como importadora no Brasil, tendo escritórios em São Paulo, Santos, no Rio de Janeiro, Recife e em Maceió. Participava de um vasto comércio de comissões e consignações, além de conceder crédito; a participação de casas importadoras no financiamento local de atacadistas, comerciantes e mascates era comum para o período em questão, marcado pela escassez de fontes de crédito (Marson, 2012, p. 6). A firma também importava máquinas de todo o tipo, sobretudo agrícolas, além de madeiras para construção, papel, tintas, vernizes, óleos, instrumentos de todas as espécies, armas, munições, louças, utensílios de cozinha, máquinas de costura, arame, cimento, moinhos, artigos esmaltados, couros, ferro, canos, folhas de flandres, dinamite e outros explosivos. A Herm, Stoltz & Cia. era também proprietária da Fábrica Ypiranga, um estabelecimento industrial de 6.000 metros quadrados no bairro do Brás, em São Paulo, que produzia ferraduras (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 702).

Dentre as principais casas importadoras alemãs no Brasil da época, estava a Bromberg Hacker & Cia., cuja particularidade estava no fato de ser também instaladora do maquinário que importava, situação comum à época, como já constatamos acima. Contratava diversos tipos de instalações industriais, e a maioria era feita por ela própria: usinas elétricas e hidráulicas, fábricas de fiação, cervejarias, fábricas de papel, olarias, engenhos de açúcar e de arroz, tipografias, elevadores elétricos, guindastes, instalações telegráficas, telefônicas etc. (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 703).

A sede da firma também era em Hamburgo, e as filiais do Brasil estavam, desde a década de 1860, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Pelotas e São Paulo, havendo também um escritório em Buenos Aires. Os armazéns em São Paulo, localizados nas proximidades da Estação Central São Paulo Railway, armazenavam máquinas, aparelhos e material elétrico importado via Santos. A firma trazia manufaturas e máquinas de diversas casas alemãs, tais como a Siemens & Halske, a J. M. Voith Maschinenfabrik, a Fried, Krupp, a A. G. Grusonwerk e a Hannoversche Maschinenbau (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 703).

Citaremos ainda o caso da Wilson, Sons & Co., firma responsável por importante movimento comercial entre a Inglaterra e a América do Sul. Original de Londres, já na primeira década do século XX possuía filiais na ilha da Madeira, em Las Palmas, Santos, Pernambuco, na

Bahia, no Rio de Janeiro, em Montevidéu, La Plata, Buenos Aires, Rosário e Bahia Blanca (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 702). Também verificamos a participação da firma no oceano Pacífico, sobretudo nos Estados Unidos e na Nova Zelândia (Brasil, *The Rio News*, 5 de agosto de 1889, p. 1).

As agências de Santos e São Paulo possuíam um movimento notável em relação às outras; todos os anos entravam no estado de São Paulo cerca de 180.000 toneladas de carvão, das quais 80.000 toneladas eram diretamente importadas pela Estrada de Ferro de São Paulo e pela Companhia do Gás. Os armazéns de carvão em São Paulo ficavam no bairro do Brás e possuíam ligação direta com a São Paulo Railway. Além do carvão, a firma importava grandes quantidades de cimento Portland, fabricado pela companhia J. B. White Bros., de Londres, da qual a Wilson, Sons & Co. era o único agente no Brasil. Todos os anos importava também cerca de 3.000 toneladas de ferro em barra e outros metais para as fundições, além de óleos, tintas e materiais para fábricas (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 702).

Por fim, citaremos a Schill & Cia., casa comercial inglesa fundada em Manchester, no ano de 1898. Sua matriz no Brasil foi aberta em 1902, na cidade de São Paulo, mas a casa possuía filiais em Pernambuco, na Bahia e no Amazonas, bem como em Buenos Aires e Valparaíso. A companhia importava grandes quantidades de máquinas agrícolas e fabris, além de ferragem, material para construção, material para estradas de ferro, óleos e outros artigos. Era agente de diversas casas fabris, das quais importavam a maior parte de suas mercadorias; dentre as principais estavam a produtora de óleo Galena-Signal Oil Companyh, dos Estados Unidos; a Rockford Drilling Machine Company, fabricante inglesa de máquinas para serraria; a R. Hornsby & Sons e a Ransome, Sims & Jefferies, fabricantes inglesas de máquinas a gás; a E. R. & F. Turner Ltd., de moinhos de arroz; e a The Associated Portland Cement Manufacturers, produtora inglesa de cimento (Brasil, *Impressões do Brasil no século XX*, 1913, p. 710).

Conclusão

Ao longo deste artigo, buscamos apresentar exemplos empíricos da

atuação de companhias exportadoras e importadoras no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX. Optamos por centrar a análise no Porto de Santos, cuja pujança nesse período diz respeito à alteração do eixo da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense para o Oeste Paulista. Ao longo da segunda metade do século XIX, o Sudeste brasileiro se inseriu de maneira efetiva nas cadeias de produção e exportação do café, tornando-se capaz de suprir grande parte da vasta expansão do mercado mundial dos grãos (Topik; Samper, 2006, p. 141). Em meio ao contexto de prosperidade da economia cafeeira, as casas exportadoras, como dito acima, funcionaram como o elo entre as fazendas e o mercado externo, interligando o âmbito da produção doméstica e o da circulação.

Concluimos que esse eixo da cadeia comercial do café foi rapidamente tomado por casas estrangeiras, que vislumbraram amplas possibilidades nos negócios de transporte e exportação dos grãos; a entrada dessas firmas na economia brasileira significou a reconfiguração do papel do comissário e do seu papel no processo de transporte e condução do café.

A partir do final do século XIX, assistimos, portanto, a uma alteração do padrão de comercialização do café no Brasil e a uma autonomização do nosso capital comercial, mais maduro após anos de forte simbiose com o capital produtivo e agrícola (Melo, 2003, p. 362). Ao longo deste texto, procuramos chamar atenção às amplas possibilidades de inserção encontradas pelas casas exportadoras, armazenando os produtos agrícolas na região dos portos e emitindo títulos de créditos chamados *warrants*. Também mostramos como muitas funcionaram como companhias de seguros, ou como agentes de outras seguradoras, nacionais ou estrangeiras.

No que diz respeito às casas importadoras, analisamos o papel que estas últimas desempenharam no processo de formação do capital industrial brasileiro. Conforme se desenvolviam as manufaturas locais, a importação doméstica complexificava-se e o Brasil importava outros bens para além dos produtos de consumo não duráveis, a saber, bens de capital e insumos. Como dito acima, muitas casas importadoras acabavam por entrar no âmbito da produção, beneficiando-se da sua boa posição nas cadeias comerciais e à facilidade no acesso ao financiamento.

Podemos concluir afirmando que as casas exportadoras e importadoras exerceram um papel central no processo de integração do mercado de café mundial ao estabelecerem a relação fundamental da dinâmica mer-

cantil, a saber, a conexão entre o universo da produção e o da circulação. Conforme a demanda global pelos grãos crescia, a produção regional e seus eixos de transporte também deveriam se expandir, a fim de alimentarem as trocas à longa distância e a escala ampla do comércio internacional.

Referências bibliográficas

Fontes oficiais e de arquivos

- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1º de março de 1891.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1º de janeiro de 1900.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 25 de abril de 1904.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 26 de abril de 1904.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 28 de abril de 1904.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 13 de maio de 1905.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 14 de maio de 1905.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 22 de maio de 1905.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 17 de outubro de 1905.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1906.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 21 de novembro de 1906.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 6 de julho de 1909.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 19 de julho de 1909.
- BRASIL. *Correio Paulistano*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 19 de dezembro de 1909.
- BRASIL. Decreto n. 1.102, 21 de novembro de 1903 (Coleção de Leis do Brasil, v. 1).

- BRASIL. *Impressões do Brasil no século XX*. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Arquivo Municipal de Cubatão, 1913.
- BRASIL. Relatório do Ministério da Fazenda, 1914.
- BRASIL. *The Rio News*, 1ª de abril de 1889.
- BRASIL. *The Rio News*, 5 de agosto de 1889.
- SCHOMPRÉ, Emile Quoniam de. *La Bourse de São Paulo*. São Paulo: Typographia Casa Garraux, 1911.

Bibliografia geral

- BACHA, Edmar Lisboa; GREENHILL, Robert. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Salamandra/Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores, 1992.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: O Globo, 1979.
- FISHLOW, Albert. Origens e consequência da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, F; MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977 (Série ANPEC).
- FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista, Casa Branca (1874-1914)*. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011 (Dissertação de Mestrado em História).
- FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do coronel Cristiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista (1890-1937)*. São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Siciliano, 1998.
- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, jan.-mar. 2002.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*. João Pessoa, v. 29, jul.-dez. 2013.
- MARSON, Michel Deliberali. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, set.-dez. 2012.
- MELO, Hildete Pereira. Coffee and development of the Rio de Janeiro economy, 1888-1920. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (eds.). *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Cambridge (UK)/New York: Cambridge University Press, 2003.
- MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Tese de Doutorado em História).
- PERISSINOTTO, Renato. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- SAES, Flávio Azevedo. *A grande empresa de serviço público na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- SAES, Flávio Azevedo. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1950)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SILVA, Gustavo Pereira. As brechas ao capital nacional: a liderança da casa J. F. de Lacerda & Cia. sobre a exportação cafeeira em Santos na década de 1880. *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 541-571, 2015a.
- SILVA, Gustavo Pereira. O predomínio das casas exportadoras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. *América Latina em la Historia Económica*, ano 22, n. 3, 2015b.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- TANNURI, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo: HUCITEC/FUNCAMP, 1981.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café, França 1885-1914*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006 (Dissertação de Mestrado em História Econômica).
- TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (eds.). *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Cambridge (UK)/New York: Cambridge University Press, 2003.
- TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). Commodity chains in Latin American history. *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006.

- TOPIK, Steven; SAMPER, Mario. The Latin American coffee commodity chain: Brazil and Costa Rica. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of world economy, 1500–2000*. Durham: Duke University Press, 2006.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889–1930). *Rev. Bras. Econ. (on-line)*, v. 65, n. 4, 2011.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo, 1890–1914. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, Sept. 1974.